

N°40 · OUTUBRO-DEZEMBRO · 2024

SIONISTAS CONTINUAM GENOCÍDIO NA PALESTINA E INVADEM O LÍBANO

Corte de todas as relações com o Estado fascista de Israel!

Estado fascista de Israel ameaça mergulhar-nos numa guer É PRECISO CONSTRUIR UM REVOLUCIONÁRIO CAPAZ D

Há um ano que o Estado fascista de Israel leva a cabo o genocídio do povo palestiniano em Gaza e na Cisjordânia, tendo já assassinado pelo menos 40.000 civis segundo dados oficiais, mas mais realisticamente 200.000, a maioria mulheres e crianças. Recusando todas as tentativas de acordos para um cessar-fogo, o regime sionista não só não abranda o genocídio na Palestina como decide uma fuga para frente, expandindo a sua agressão imperialista ao Líbano. Depois de um ataque terrorista que fez explodir milhares de walkie-talkies e pagers, Israel tem bombardeado o Líbano diariamente desde o dia 20 de setembro, assassinando mais de 1000 civis e criando 1 milhão de refugiados, e inicia agora uma invasão terrestre. Bombardeia ainda a Síria e o Iémen.

Por muito menos do que um ano de genocídio, uma invasão terrestre a um país vizinho e o bombardeamento indiscriminado de civis em quatro países em simultâneo seria qualquer outro estado não-ocidental considerado como terrorista pelo Ocidente. Mas não Israel. Pelo contrário, o inferno na terra que se tornou a Palestina e agora o Líbano só é possivel graças ao financiamento, armamento e apoio político fornecido a Israel principalmente pelos Estados Unidos, mas também pela União Europeia, incluindo Portugal, que já exporta mais armamento para Israel do que a Alemanha.

Estes acontecimentos terriveis têm de ser analisados no contexto de luta inter-imperialista pela hegemonia mundial. Os EUA e os outros membros do bloco imperialista por si liderado apresentam uma crescente debilidade económica, polarização e mal-estar social. A sua decadência espelha-se na série de derrotas que tiveram na região nos últimos anos: obrigados a desocupar o Afeganistão, incapazes de desestabilizar o regime iraniano, perdendo aliados históricos como a Arábia Saudita para a China.

É precisamente o avanço da China na região o factor essencial para estas derrotas que, com o seu músculo económico, atraiu para a sua órbita os aliados dos EUA e permitiu aos rivais como o Irão vencer o seu cerco. A classe dominante israelita, muito dependente dos EUA, vê-se numa situação de cada vez maior isolamento e, no seu desespero para se manter relevante, está disposta a mergulhar a região e o mundo numa guerra. Da mesma forma, a classe dominante dos EUA não pode perder o maior aliado da região num momento de retrocesso, e recusa-se portanto a impor linhas vermelhas.

Entre as vítimas no Líbano encontram-se já o líder do Hezbollah, Sayyed Hassan Nasrallah, assim como grande parte dos seus comandantes. E ainda assim, Israel inicia uma invasão terrestre. Não se tratou nunca de combater o Hamas ou o Hezbollah, mas sim do extermínio total do povo palestiniano, e agora dos seus mais próximos aliados, para a classe dominante israelita poder expandir o seu controlo territorial na região, acicatando o fanatismo religioso israelita

com a construção do "Grande Israel" bíblico.

As consequências de uma guerra envolvendo o Irão e outras potências regionais, mesmo que confinada ao Médio Oriente, são incalculáveis. O que é certo é que trariam uma crise capitalista global maior do que a de 2008/2009. Não pode ser de outra forma: o nível de entrelaçamento da economia global e todas as contradições do capitalismo só se acentuaram desde então.

A queda dos EUA arrasta consigo a Europa e a nova crise capitalista dar-se-á num momento de recessão da Zona Euro e níveis recorde de pobreza da classe trabalhadora. A perda de poder económico da Europa face ao avanço do gigante Chinês só se acentuou desde o início da guerra imperialista na Ucrânia. O apoio à Ucrânia e as sanções à Rússia, colocando-se do lado do bloco estado-unidense, saíram caras às indústrias dos países europeus devido ao resultante aumento dos preços da energia especialmente à Alemanha, o motor industrial da Europa. Enquanto o velho continente se desindustrializa, a China investe na investigação e fabrico de tecnologia de ponta a grande ritmo: quintuplicou nos últimos 15 anos o número de "indústrias avançadas" para cerca de 20.000 enquanto a Europa duplicou-as para apenas 4.500. Importantes sectores como os carros eléctricos já são dominados pela China e é uma questão de tempo até destronarem os rivais europeus e estado-unidenses, mesmo apesar das tarifas que os Estados criaram para proteger as suas burguesias.

A economia portuguesa é particularmente susceptível a crises capitalistas por se basear em dois terços no sector dos serviços, em particular no turismo. Foi por isso uma das mais afetadas durante a pandemia de covid-19, com uma queda anual em 2020 de 7,6% do PIB face à média mundial de 3,4%. O crescimento do PIB nos últimos anos foi conseguido sob a frágil base do turismo. Bastou um abrandamento do turismo em Portugal devido aos altos preços praticados em comparação com outros destinos — o que impede inclusivamente o turismo nacional — para fazer estagnar a economia portuguesa no 2º trimestre deste ano. O "milagre económico" português, como chegou a ser apelidado por economistas burgueses, chegou ao fim sem que as condições de vida dos trabalhadores do sector — precários e pagos a salário mínimo ou menos, pois uma grande parte são imigrantes ilegalizados ou da classe trabalhadora em geral, tenham melhorado. Bem pelo contrário.

Os ataques do governo à classe trabalhadora multiplicam-se e deixam-nos mais pobres

Quase dez anos de governos PS, de investimento público negativo — chegando a ser metade da média na zona euro, subfinanciando os serviços públicos e permitindo a degradação das infraestruturas —, ataques aos direitos da classe trabalhadora e baixos

salários, e de enormes beneficios para a burguesia, resultou num empobrecimento dos trabalhadores, enriquecimento dos patrões e de crises na habitação, saúde e educação. Em meio ano o governo de coligação da AD, liderado pelo PSD, agravou tudo isto, deixando claro que é o sucessor do de Passos Coelho — nomeando até despudoradamente a então Ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque, o "rosto da troika", para Comissária Europeia. Mas se o governo de Passos Coelho tinha grandes empresas públicas para oferecer aos capitalistas, depois de todas terem sido privatizadas, resta ao de Montenegro aprofundar estas crises de modo a permitir a expansão da burguesia nos sectores públicos.

Os planos para a habitação, saúde e educação aprovados em Concelho de Ministros servem precisamente este propósito e, no caso do da saúde, avança até mesmo para a privatização dos cuidados de saúde primários. O governo tenta ocultar, entre dezenas de pontos nestes planos, a inexistência de políticas estruturais que pudessem garantir melhores condições aos profissionais e melhores serviços públicos para a classe trabalhadora. Tomando por exemplo as políticas para a habitação, a construção de milhares de casas ou a garantia pública para empréstimos à habitação de jovens não virá beneficiar a classe trabalhadora, que continua sem conseguir pagar casas a preços exorbitantes, mas sim as grandes empresas de construção, os fundos imobiliários, e principalmente a banca — já com lucros record devido à subida dos juros — que evita, assim, os riscos de default em crédito à habitação.

Face ao brutal aumento do preço das casas e rendas, à degradação dos serviços públicos e à inflação criada pelo grande capital, um salário mínimo nacional de 820€ ou de 870€ como o governo acordou para o ano, um aumento inferior ao anterior — é um salário de miséria, ficando muito longe dos 1300€ líquidos necessários para uma vida digna nas grandes cidades. A pobreza afeta 1 em cada 5 pessoas em Portugal. É-se pobre mesmo trabalhando, o que é graficamente demonstrado pelo aumento do número de pessoas sem-abrigo apesar de trabalharem. Há centenas de milhares de trabalhadores que têm de ter dois trabalhos ou fazer biscates para complementar o misero salário, número que aumentou em 100 mil só nos últimos meses. Há quem ganhe muito com a nossa miséria. A concentração de riqueza da burguesia não pára de aumentar, em Portugal e no mundo. Segundo um recente relatório da Oxfam, os 1% mais ricos do mundo possuem mais riqueza do que 95% da humanidade e a burguesia exerce "novos níveis de controlo sobre a economia".

A extrema-direita avança, galvanizada pelo seu crescimento internacional, pelo apoio do PSD e pela falta de oposição à esquerda

A acumulação de capital pela burguesia e o seu avanço em todos os sectores da economia, juntamente com a resultante situação de pobreza da classe trabalhadora, que tem menos dinheiro para gastar, está a arruinar os negócios da pequena-burguesia. Tradicionalmente base da direita conservadora, agora arruinada, vira à extrema-direita, que vê como melhor garantia de manter os seus privilégios, baseados na sobreexploração da classe trabalhadora, especialmente a imigrante. Ao colocar os interesses da burguesia em primeiro lugar, ao por em prática a austeridade e cortes sociais, ao defender o controlo da imigração e o aumento do militarismo, ao apoiar os regimes fascistas de Israel e da Ucrânia, a social-democracia europeia deixou de se diferenciar da direita no essencial e criou uma situação de mal-estar generalizado e desconfiança dos partidos tradicionais que também abriu a porta ao crescimento da extrema-direita entre camadas da classe trabalhadora politicamente mais atrasadas.

Deste modo permitiu o avanço da extrema-direita país ante país europeu: Rassemblement National em França, Alternative für Deutschland na Alemanha, Partido pela Liberdade nos Países Baixos, e mais recentemente o Partido da Liberdade na Austria. Em Portugal, o Partido Socialista criou as condições para o Chega ter conseguido em 5 anos passar de 1 para 50 deputados, nas eleições legislativas de 10 de Março. O PSD acentua esta tendência com as suas políticas. O governo copiou o manual da extrema-direita ao eleger os trabalhadores imigrantes como bode expiatório da decomposição capitalista. Passou em tempo recorde um pacote de medidas para dificultar a imigração legal. O seu objectivo não é travar a imigração nem pouco mais ou menos, mas antes obrigar os imigrantes que chegam à ilegalidade para permitir a sua sobreexploração sem quaisquer direitos e garantir maiores lucros à burguesia.

A ala passista do PSD vai mais adiante, avançando na normalização do discurso de ódio para com os imigrantes, mas também para com as mulheres, a comunidade LGBTI+ e principalmente a "extrema-esquerda". Carlos Moedas é o ponta de lança destes ataques abusando da sua posição de poder enquanto presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Dedicou um dia do ano à celebração da vitória da reação sobre a Revolução Portuguesa ao fazer com que a Câmara Municipal passe a festejar anualmente o golpe contra-revolucionário de 25 de novembro. Tem governado apenas para os empresários do turismo e das start-ups, apoiando a disseminação do Alojamento Local, gastando rios de dinheiro com a Web Summit e com "fábricas de unicórnios" e diminuindo o orçamento das empresas públicas. Quando o resultado demonstrou ser um aumento de pessoas em situação de rua, acusou a "extrema-esquerda" de fazer negócio com estas pessoas e impedir uma solução para o problema da habitação, procurando fazer passar o efeito pela causa. Sempre fez eco e ampliou as mentiras do Chega de que existe um aumento de criminalidade asso-

ra mundial e contribui para o avanço da extrema-direita.

E TRAVAR A REAÇÃO!

ciada à imigração. Chegou ao ponto de pedir mais 200 polícias municipais e propor que estes façam detenções para, no seu ver, manter os imigrantes e a esquerda na linha.

Animado pelo seu crescimento parlamentar e do da extrema-direita pelo mundo, pela normalização das suas posições pelo PSD, e especialmente pela falta de uma oposição consequênte da esquerda, o Chega compreendeu ser a altura de dar um novo passo adiante e convocou uma manifestação nacional pública de cariz racista e xenófobo. A manifestação contra a "imigração descontrolada" que convocou para o dia 29 de setembro na Avenida Almirante Reis foi possivelmente a maior de rasgo fascista desde o 25 de Novembro de 1975. Contou com a presença aberta do assassino Mário Machado, líder do bando neonazi 1143 que também mobilizou para a manifestação e partilhou autocarros com o Chega. Depois de Ventura passar anos a negar conexões do Chega com estes grupos, a falta de preocupação em continuar a escondê-lo é bem demonstrativa da nova audácia da extrema-direita em Portugal.

Apesar de ter sido condenado em Maio deste ano a dois anos e dez meses de prisão efetiva por incitamento ao ódio e à violência contra mulheres militantes de esquerda, o neonazi Mário Machado pode mostrar-se à vontade sem que nenhum polícia lhe tocasse. Já dois jovens anti-fascistas que foram agredidos por um membro na manifestação por gritarem "25 de Abril sempre, fascismo nunca mais" foram detidos pela polícia enquanto o agressor saiu impune. O contraste é gritante, mas não surpreendente: a polícia está pejada de fascistas e protege os seus. A principal função da polícia é servir de cães de fila da burguesia: proteger a propriedade privada e impedir a organização da classe trabalhadora. E se para tal puderem agredir anti-fascistas, imigrantes, estudantes pelo clima ou pela palestina ou qualquer outro movimento progressista, tanto melhor, pensam eles.

Para alguns pode parecer pouco o Chega só ter conseguido reunir 2.000 membros apesar de bem financiado por sectores da burguesia, de ter comprado grandes cartazes publicitários e alugado autocarros para trazer membros de todo o país. Mas minimizar o perigo que representa este avanço da extrema-direita seria um erro gravíssimo. A contra-manifestação marcada pela esquerda para a praça do Intendente era um décimo deste número. Como foi possivel haver tão pouca gente quando a contra-manifestação de 3 de Fevereiro encheu a praça? Parte da explicação estará no facto da juventude, mais avançada do que as direções das organizaões que a convocaram, compreender que não se combate a extrema-direita com "Arraiais". Mas o ponto fundamental é o seguinte: as direções reformistas do PCP e BE continuam a falhar em mobilizar as suas bases para travar a extrema-direita. E a cada novo passo que esta der sem qualquer resistência ganha mais

força para o seguinte.

O OE2025 só vai aprofundar as crises e a pobreza. É preciso construir uma esquerda revolucionária e combativa para lutar contra a reação!

Uma guerra no Médio Oriente que se pode estender ao resto do mundo, uma economia estagnada, crises na habitação, saúde e educação, o aumento da pobreza e pessoas em condição de rua e o aumento da extrema-direita. A degradação do sistema capitalista serve de pano de fundo para a atual discussão do Orçamento de Estado para 2025 (OE2025). E, no entanto, alguém que acordasse de um coma, ao ver que a discussão do OE entre PSD e PS se resume a duas medidas fiscais, a redução do IRC e o IRS Jovem, seria enganado em pensar que vive num país sem problemas. Não é preciso discutir mais financiamento para a habitação, saúde e educação — assim com está, está óptimo para continuar a sua degradação e entrega aos privados! A redução do IRC e do IRS jovem só vai aumentar os lucros da burguesia e diminuir as entradas nos cofres públicos, com a principal intenção da segunda sendo evitar a emigração de jovens de modo a manter um exército industrial de reserva a um nível capaz de impedir a subida geral de salários. Sendo este o foco da discussão torna-se claro como estes dois partidos governam para a burguesia, mas a base social do PS ainda obriga a sua direção a fazer este teatro.

Pedro Nuno Santos (PNS) desenganou todos aqueles que pensavam que, pelo seu historial, ia fazer o PS virar à esquerda, fazer uma oposição decidida e até tentar uma aproximação ao BE e PCP. Não é por falta de mão no partido — as federações distritais do PS são controladas por pedronunistas — mas antes o resultado da viragem à direita do PS como um todo na última década. A recusa de PNS em fazer oposição está a permitir a um governo de direita em teoria fraco e com pouca autoridade continuar a governar sem problemas e ao Chega tomar o lugar de líder da oposição, facilitando o seu crescimento. Uma estratégia que agrada à burguesia, feliz com um governo que avance com os seus interesses através de acordos pontuais com o PS sem precisar, por agora, de se apoiar no Chega, o que poderia originar uma reação mais contundente da classe trabalhadora, mas que facilite o seu crescimento para poder contar com ele para atacar a classe trabalhadora sem pejo quando a luta de classes se acentuar.

Por isso mesmo a burguesia quer evitar a todo o custo um orçamento em duodécimos que limite este governo e permita uma crise política ou novas eleições com um resultado imprevisível. Tem pressionado a direção do PS a aprovar o OE por todos os meios, recorrendo a Marcelo Rebelo de Sousa, aos autarcas e a António Costa — agora premiado, por ter conseguido manter quase uma década de paz social em Portugal, com a segunda posição de maior poder dentro da UE, atrás apenas da de Ursula von der Leyen. A importância da "estabilidade" (para a acumulação de capital), que se tornou mantra do PS nos últimos anos e foi o desejo de António Costa para o próximo governo, fosse ele qual fosse, no seu discurso de demissão, também ajuda a este desfecho. Até Alexandra Leitão, líder parlamentar do PS e dos membros mais vocais contra a direita, que há um mês afirmava que o partido não aprovaria um orçamento de direita e que "só permitirá que um Governo ultraminoritário continue a governar se as políticas forem boas", recua agora para uma ténue "linha vermelha" relativa apenas às duas medidas fiscais. Tudo leva a crer que o PS vai ceder e aprovar o OE, possivelmente após uma pequena redução de algum dos valores propostos pelo PSD para poder salvar a face, e continuar com a mesma estratégias nos próximos meses.

Aos ataques do PSD e à indolência do PS as direções reformistas do BE e do PCP limitam-se a mostrar indignação. "Que se lixe a estabilidade" diz o atual Secretário-Geral do PCP, partido que mandou parar toda e qualquer atividade consequente da CGTP que pusesse em causa a estabilidade dos governos PS, e que com isso também permitiu que chegássemos a este ponto. De facto este periodo de estabilidade saiu-lhes caro. Ao protegerem o flanco esquerdo do PS, ao focarem a sua atividade nas instituições burguesas, ao conterem as suas reivindicações ao plano do estritamente possivel em capitalismo, ao desistirem de organizar os trabalhadores para a luta nas ruas e locais de trabalho e ao frequentemente abandonarem ou trairem aqueles que o faziam, perderam a sua confiança. Repelem a juventude ao pedir mais condições para a polícia fascista e, no caso do PCP, de ignorar ou ter posições reacionárias em relação ao racismo, fascismo, e questões LGBTI+. O resultado foi a perda de metade dos seus assentos na AR e, no caso do PCP, ao prosseguir politicas reacionárias em questões como a habitação, Câmaras Municipais que controlava desde a Revolução Portuguesa.

Rejeitamos totalmente a sua visão — que Corte de todas as relação com os pretende absolver dos erros que cometem de que a classe trabalhadora tem baixa consciência e que a sociedade vira na sua generalidade à direita. Como poderiam dessa forma a Avenida da Liberdade em Lisboa e a Avenida dos Aliados no Porto ter-se enchido de centenas de milhares de pessoas, chegando a mais de um milhão em todo o país, para festejar o 50° aniversário do 25 de Abril? Como poderiam os protestos pela habitação ou as greves dos profissionais da educação no ano passado chegado às dezenas de milhares? A verdade é que a classe trabalhadora foi abandonada por estas direções. Vez após vez mostra como está disposta a lutar quando lhe aparece a oportunidade, como uma direção mais radical no caso da educação. E mesmo abandonada construiu as suas pequenas organizações de forma a levar para a frente as suas lutas pela

habitação, anti-racismo ou meio ambiente.

Chegando às conclusões erradas, afundadas em pessimismo, as direções do BE e PCP não tomam quaisquer ações para acompanhar a sua retórica mais "radical", ou, pior, adoptam métodos completamente errados para se ajustar à ficticia "baixa consciência", que deseducam ainda mais os seus militantes e a classe trabalhadora. A nova campanha do PCP de recolha de assinaturas entre trabalhadores para um abaixo-assinado para "Aumentar Salários e Pensões" a ser enviado a Montenegro é o infeliz resultado final dos métodos reformistas continuados durante décadas. A luta de classes nas ruas e locais de trabalho substituida por assinaturas num papelinho que irá prontamente para o lixo antes de chegar sequer às mãos de Montenegro. Só se consegue depor este governo, fazer frente à extrema-direita, aumentar os salários a um nível digno ou assegurar qualquer outra conquista da classe trabalhadora através dos métodos da nossa classe, de greves e manifestações massivas. Sem uma direção revolucionária, no entanto, mesmo estas têm um sucesso limitado. As lutas de libertação em África e a Revolução Portuguesa a que deram origem são fonte de grande lições a este respeito e devem ser estudadas neste ano em que comemoramos o centenário do nascimento de Amílcar Cabral e os 50 anos do 25 de Abril.

Não há como parar a miséria, as guerras e o genocídio em capitalismo. Uma vida digna e a paz só serão possiveis com o triunfo da classe trabalhadora sobre a burguesia, que em menos de um século volta a virar-se para o fascismo e para a guerra mundial como forma de nos controlar e de melhor se posicionar na luta pelo mercado mundial. E esse triunfo depende da construção do seu partido revolucionário com um programa socialista claro, que defenda o controlo econónico e polítido da classe trabalhadora através da gestão democrática dos meios de produção, da banca, da habitação, do SNS e da escola pública por quem neles trabalha e deles usufrui.

o Estado sionista!

Fim do militarismo e das guerra imperialistas!

Abaixo o governo e a extrema-

Junta-te à Esquerda Revolucionária para construir o partido da revolução!



AVANÇAR PARA A GREVE GERAL DA SAUDE!

Parar a privatização do SNS e dar condições aos profissionais de saúde!

Bruno Penha Comité Executivo da Esquerda Revolucionária

Os constantes encerramentos de urgências este verão — quatro vezes superiores ao ano passado — revelam o brutal aumento da degradação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) no último ano. A situação mais grave é das urgências de obstetrícia, ginecologia e pediatria. Houve dias em que apenas uma única urgência de obstetrícia esteve aberta para servir toda a Lisboa ou todo o Algarve. A margem sul e o distrito de Leiria chegaram a ficar sem urgências por vários dias. Centenas de grávidas foram obrigadas a fazer viagens de mais de uma hora até à urgência mais próxima — sobrelotadas, por receberem grávidas das fechadas — resultando em mais de 40 nascimentos em ambulâncias sem condições para assegurar um parto em segurança. Uma situação gravíssima que põe em perigo a saúde — e até a vida — de mulheres e bebés. Sem alterações estruturais, que permitam reverter esta degradação, é apenas uma questão de tempo até tragédias se multiplicarem no SNS.

O PS preparou o caminho para a privatização do SNS

A situação em que se encontra o SNS é legado de quase 10 anos de governo PS sem investir o necessário no SNS — com aumentos abaixo do aumento dos gastos —, sem abrir concursos — substituindo especialistas por médicos internos e tarefeiros precários e abusando das 150 horas extraordinárias obrigatórias anualmente — e sem aumentar os salários dos profissionais de saúde. Sem

condições, os médicos emigram, pedem reforma antecipada ou, principalmente, vão para o privado — é o caso de mais de metade dos ginecologistas e obstetras — diminuindo e sobrecarregando as equipas. Em períodos de férias o número de tarefeiros e contratados disponíveis diminui, tornando-se impossível esconder a falta de médicos através de horas extraordinárias ou malabarismos com escalas. Sem se poder atingir um número mínimo das equipas médicas para assegurar a assistência a pacientes em condições de segurança, as urgências fecham.

Com a crise do SNS a aumentar, cada vez mais utentes são encaminhados do SNS para os privados, sendo agora também o caso da obstetrícia: se no ano passado foram enviadas duas dezenas de grávidas para privados, este ano o número já duplicou. Entre 2020 e 2023 as despesas com serviços convencionados aumentaram 37%, para quase 1.000 milhões de euros. Já com as empresas de trabalho temporário que recrutam tarefeiros a preços exorbitantes e com horas extra o SNS gastou mais 670 milhões de euros. Quantos profissionais de saúde não daria para contratar e quanto não se poderia aumentar os seus salários com este dinheiro? O SNS é assim propositadamente degradado para financiar — em metade das suas despesas! — o crescimento dos grupos privados, que aumentou 50% na última década.

Mas o PS foi ainda mais longe para garantir o crescimento dos privados. Avançou com a municipalização da saúde para abrir caminho à privatização dos cuidados de saúde primários e criou a Direção Executiva

do SNS (DE-SNS) para reorganizar o SNS como mais conviesse aos privados. O PS tentou desta forma, escondendo-se por detrás dos municípios e da DE-SNS, evitar assumir a responsabilidade da privatização por receio da reacção da sua base social. Criou as condições para a privatização, e, sem as suas amarras, o PSD vem agora pô-la em prática.

O PSD coloca a privatização em prática

O SNS tem o apoio massivo da classe trabalhadora, que não tem como pagar os preços do privado. Todas as medidas aprovadas pelo governo têm por isso de ser envernizadas por uma camada de mentiras que implique a melhoria dos serviços mas esconda o verdadeiro propósito: aumentar a degradação do SNS, a transferência de dinheiro deste para os privados e a sua privatização. Um exemplo são os Centros de Atendimento Clínico (CAC), que em teoria serviriam para receber doentes não-urgentes para descongestionar as urgências, mas não só não servem esse propósito como vêm piorar a situação ao retirar profissionais de saúde de outros serviços e obrigá-los, já exaustos, a fazer horas extra. O da Prelada, no Porto, já foi entregue até 2025 à Santa Casa da Misericórdia do Porto, com um gasto de 65 milhões de euros, abrindo a porta a que mais sejam entregues aos privados.

Outras medidas do Plano de Emergência da Saúde que também fazem avançar a privatização foram rapidamente postas em prática — é grande a ânsia da burguesia em poder abrir os sectores públicos ao roubo de mais-valia. O "reforço da resposta pública em parceria com o setor privado" previsto já se materializou no anúncio da criação de 20 unidades de saúde familiar dos centros de saúde atribuídas por concurso aos privados, e terão as mesmas consequências desastrosas dos CAC. Depois do governo de Cavaco Silva ter lançado há quase 30 anos as parcerias público-privadas (PPPs) nos hospitais, o governo de Montenegro estende-as agora aos cuidados de saúde primários.

Só medidas como a nacionalização dos privados, o aumento de salários e a contratação de mais profissionais poderia travar a degradação do SNS. Pelo contrário, o Ministério da Saúde alterou a forma de contratação de especialistas, passando de um concurso nacional público para concursos individuais de cada instituição. Isto resultou no abuso de contratos individuais que impõem de forma ilegal mais horas de trabalho em urgências a médicos de outras especialidades e nos piores atrasos na colocação de médicos de sempre — estando por colocar no SNS cerca de 1000 médicos que já terminaram a sua formação há meses. É propositado: o governo sabe que quanto maior for o caos que instaurar no SNS menor será a oposição à privatização, por puro desespero de profissionais e utentes.

Lutar contra a privatização do SNS implica lutar de forma unificada contra o governo dos patrões!

Apoiado pela extrema-direita e sem uma oposição consequente da esquerda reformista, o governo liderado pelo PSD está a mostrar ser um fiel sucessor do de Passos Coelho, atacando os direitos da classe trabalhadora e os serviços públicos. À privatização da saúde junta-se a da educação, desviando 46 milhões de euros da escola pública para contratos de associação com colégios privados, e os ataques aos nossos irmãos imigrantes para que se mantenham em situação de ilegalidade e portanto de mais fácil exploração. Estes ataques são uma ordem de magnitude mais graves que os do PS. E apesar disto, nada mudou na atuação das direções políticas reformistas e sindicais, a mesma da última década.

As burocracias sindicais continuam a marcar greves organizadas de cima para baixo, isoladas e apenas de um ou dois dias, com o único intuito de trazer o governo a negociar à porta fechada. Têm ainda gasto a energia das suas bases com inócuos atos públicos em defesa do SNS, prontamente ignorados por governo e comunicação social.

A União dos Sindicatos de Lisboa (USL) foi capaz de juntar os seus sindicatos para um destes atos performativos, mas recusa-se a juntá-los de forma a unificar as suas greves numa greve geral da saúde, a única forma de aumentar a combatividade da luta e estendê-la a todos os trabalhadores da saúde em defesa de melhores condições para si e do próprio SNS. As direções sindicais da Federação Nacional dos Médicos (FNAM), do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP) e de outros sindicatos da CGTP do sector condenam deste modo a luta ao fracasso.

Evitando assumir estes erros e alterar os seus métodos, a direção da FNAM caracteriza o governo de "intransigente". Mas a "intransigência" de um governo não é um fenómeno absoluto, deriva de uma correlação de forças para si favorável na luta de classes. Qualquer governo burguês,

quer seja liderado por PSD, PS ou outros, atuará conforme os interesses da burguesia, e avançará tanto mais quanto mais espaço lhe for dado para isso pela classe trabalhadora. Se a única oposição que a classe trabalhadora lhe oferece são pequenos atos públicos e greves isoladas, um governo burguês, que atua como gestor da burguesia, pode simplesmente ignorá-la — ou, por outras palavras, "ser intransigente". È apenas quando a classe trabalhadora se unifica e faz uso dos seus métodos de classe como a greve geral — organizando-a e discutindo-a democraticamente em assembleias, votando a cada dia como atuar e se a prolonga que a correlação de forças lhe passa a ser favorável e tem a oportunidade de conquistar mais direitos.

Décadas de conciliação de classes e de aceitação da ordem burguesa por parte das burocracias sindicais e das direções políticas reformistas deseducaram a classe trabalhadora e ocultaram-lhe a magnitude da sua própria força, permitindo à burguesia avançar nos seus ataques até chegar ao ponto de privatizar duas das maiores conquistas da revolução portuguesa: o SNS e a escola pública. Todos os trabalhadores da saúde e de todos os outros sectores têm de rejeitar os métodos contraproducentes utilizados pelas suas direções, que só trouxeram derrotas, e começar a organizar comités nos seus locais de trabalho que sirvam de bases para por em prática os métodos da nossa classe. Para organizar uma greve geral de massas que coloque a gestão da saúde nas nossas mãos e portanto garanta a nacionalização dos privados e o fim das privatizações, a melhoria das condições de trabalho para todos os profissionais e de serviços enquanto utentes. Um SNS público, gratuito e de qualidade para todos depende disso.

PORTUGAL ARDE

É preciso acabar com a exploração capitalista da floresta!

João Carreiras Comité Executivo da Esquerda Revolucionária

O centro e norte de Portugal estão a ser devastados por inúmeros incêndios de grandes proporções, consumindo centenas de milhares de hectares de floresta. Sete pessoas morreram, há mais de 145 feridos e dezenas de casas ardidas. Milhares de bombeiros combatem, dia e noite, até à exaustão, tendo um deles morrido de ataque cardíaco.

Todos os anos o cenário se repete! Uma floresta privada, organizada e plantada para o lucro rápido, composta em mais de metade por eucaliptal e pinhal arde violentamente, destruindo tudo à sua passagem: pessoas, animais e casas. E com o aumento da seca e das temperaturas, devido às alterações climáticas, os incêndios continuarão a tomar proporções cada vez maiores.

A hipocrisia do Governo não conhece limites e a sua resposta já se fez ouvir pela boca das duas principais figuras do Estado. Marcelo Rebelo de Sousa apelou à unidade dos portugueses e à sua resiliência o que, perante o cenário atual, significa: aguentem-se à bronca e não reclamem; e Luís Montenegro depois de chorar lágrimas de crocodilo pelos bombeiros — que no resto do ano são ignorados — apresentou como grande medida o reforço da investigação criminal. Sobre a desorganização total e criminosa da floresta portuguesa, nem uma palavra. Em primeiro lugar, os lucros, e só depois as populações e o meio ambiente.

Quem paga as consequências destes incêndios não são as grandes empresas, como a Navigator, que possui o seu corpo de bombeiros profissional, mas os trabalhadores e o povo. Um trabalhador imigrante foi engolido pelas chamas em Albergaria-a-velha (Aveiro) quando tentava salvar material da empresa onde trabalhava. Esta morte e as outras não são acidentais ou fatalidades: são culpa das políticas capitalistas!

Só o povo salva o povo!

À hipocrisia e inoperância do Governo e altas instâncias do Estado, as populações respondem com coragem e auto-organização. Em muitas aldeias, o combate é feito pelo povo que arrisca a vida para defender as suas habitações. Ajudam os bombeiros voluntários que ao fim de vários dias se encontram completamente esgotados pelo combate.

Está claro que os sucessivos governantes não governam para as populações afetadas pelos incêndios e pela desertificação do meio rural. Depois dos incêndios de 2017 em Pedrógão Grande e Castanheira de Pêra que vitimaram mais de 100 pessoas, nada foi feito. São décadas de desinvestimento em serviços florestais e de protecção civil que continuarão pela mão dos sucessivos governos da direita e do PS que são representantes do grande capital.

É necessário investir fortemente numa resposta pública de protecção civil e de serviços florestais, com mais e melhor equipamento e não assente quase exclusivamente só no trabalho de bombeiros voluntários.

É necessário que haja uma mobilização pela base das populações afetadas pelos incêndios e da classe trabalhadora em geral em defesa das nossas vidas e do meio ambiente. É necessário nacionalizar a indústria do papel e da madeira e a propriedade privada do solo, por forma a ser possível planificar a floresta tendo em conta os interesses da grande maioria da população.

Tragédias como a que estamos a viver são inevitáveis em capitalismo. Se queremos, de uma vez por todas, acabar com o inferno dos incêndios florestais precisamos de o derrubar.



A ameaça sísmica, a crise habitacional e o lucro são uma ameaça à nossa segurança!



Luís S. Comité Executivo da Esquerda Revolucionária

Encontrar uma habitação digna em Portugal tornou-se praticamente impossível, com o número de pessoas forçadas a viver na rua a crescer a cada semana, com habitações clandestinas, sobrelotadas e sem condições. As respostas do Estado, como os apoios à habitação social, têm sido insuficientes, limitadas pelos interesses da burguesia financeira e do turismo, que lucram com a especulação imobiliária. Os incêndios têm mostrado como a exploração capitalista da floresta põe em risco a vida e a habitação de muitas pessoas. E caso haja mais desastres? O sismo que se sentiu em Portugal no final do mês de Agosto pode ser um sinal do que virá.

A falta de preparação sísmicas nas habitações e nas infraestruturas

Portugal está localizado numa zona de atividade sísmica significativa e com alto risco, com grande vulnerabilidade das infraestruturas públicas e de habitação, a segunda pior da U. Pode não ser tão frequente como noutros países, mas os sismos podem ser de grande magnitude (> 7 na escala de Richter) e com epicentro perto dos centros urbanos com um impacto que pode ter resultados catastróficos. O recente sismo no final do mês de Agosto sentido por todo o país — que foi relativamente superficial, de magnitude 5,3 e cujo epicentro estava a cerca de 60 km a oeste de Sines — veio a lembrar o possível barril de pólvora que pode qualquer dia vir a explodir. Ficou o alerta para os danos significativos no caso do epicentro ser mais perto de terra ou do evento ser mais forte, como por exemplo, aconteceu no terramoto de 1755 ou no de 1969, com magnitudes superiores a 7,5 na escala

de Richter. Não só é cada vez mais difícil encontrar habitação acessível, como muitas dessas casas não têm condições e são vulneráveis a este tipo de desastres.

Segundo estudos feitos em 2023, estima-se que metade dos edificios de habitação da capital não resistiriam a um sismo dito forte, e algumas simulações mostram ainda resultados mais desastrosos. Cerca de 60% dos edifícios em Lisboa foram construídos antes da década de 60, antes da implementação de regulamentação sísmica, que na prática até hoje não é fiscalizada consequentemente. Mas a falta fiscalização não é o problema de fundo, mas sim a busca do lucro a curto prazo que faz com que a segurança a longo prazo não seja uma prioridade. Estima-se que o custo adicional na construção de novos edificios para cumprir as normas sísmicas seja apenas 2 a 3% do custo total de construção (a adaptação de edificios já existentes seria mais). Mas este custo adicional é visto pelos investidores só como uma perda de lucro — a habitação é primeiramente uma mercadoria para especulação.

Nos bairros mais pobres, onde cada vez mais há mais barracas e habitações improvisadas, a situação é ainda mais grave e precária. Em alguns casos, só é possível viver em Lisboa partilhando casa com mais 15 ou 20 pessoas, dormindo em beliches, como é o caso de muitos imigrantes, vivendo em condições de extrema precariedade. Num cenário de catástrofe natural, como um sismo de grande magnitude é a classe trabalhadora mais vulnerável e precária que sofrerá grande parte das consequências.

A fragilidade não se limita às casas, pelo contrário. Hospitais, escolas, redes de gás, pontes, estradas e outros edifícios públicos também estão em risco. Por exemplo, o Hos-

pital de Santa Maria, um dos maiores hospitais do país, foi construído na década de 1950, ou seja, não foi projetado para resistir a sismos. A maioria dos edificios públicos construídos antes da década de 80 são os mais suscetíveis a danos severos ou mesmo colapso total. Com exceção do Hospital da Luz, privado, "que está preparado para o sismo com a melhor tecnologia que existe"— a prioridade aqui é proteger o lucro e o capital investido a longo prazo — muitos dos principais hospitais de Lisboa, como o Hospital de São José e o Hospital Curry Cabral, estão em risco de colapso. Até o futuro Hospital de Lisboa Oriental, apesar de todas as recomendações, não irá contemplar um sistema de proteção sísmica adicional. A segurança a longo prazo da população e da classe trabalhadora que mais usa os serviços públicos não é uma prioridade para a burguesia e o Estado.

Para além dos hospitais, uma boa parte das escolas públicas em Portugal tem condições miseráveis, com telhados de amianto e infiltrações nas salas de aulas e muito menos estão equipadas com proteção sísmica adequada, apesar de ser uma infraestrutura por onde passam milhares de crianças diariamente, muitas destas escolas localizadas em zonas urbanas. Outras infraestruturas críticas, como pontes, estradas e redes de distribuição de gás e eletricidade, também são vulneráveis. A central elétrica do Carregado é um dos exemplos mais críticos, pois providencia grande parte da eletricidade à cidade de Lisboa, e está localizada por cima de múltiplas falhas sísmicas. Um sismo de magnitude elevada poderia cortar o fornecimento de energia à capital, agravando ainda mais um potencial desastre. Estão também em risco todos os edifícios da frente ribeirinha, com a possível elevação do rio.

Esta estratégia de falta de investimento

público tem um objectivo, que é debilitar os serviços públicos a favor dos privados. A falta de investimento no SNS alimenta o crescimento dos hospitais privados. O mesmo se pode dizer para as escolas, ou até para as creches ou outros serviços públicos. O problema de fundo é político: a gestão da infraestrutura pública e das casas não pode ser feita a favor da burguesia e com detrimento dos trabalhadores, especialmente os mais pobres, que deixam de ter acesso aos serviços e carregam todo o risco. A gestão tem de ser feita pela classe trabalhadora.

A habitação não pode estar subordinada a uma lógica de mercado!

Temos de gerir a habitação e estas infraestruturas pelas nossas mãos, enfrentando a lógica de lucro capitalista. É preciso haver uma planificação democrática da habitação, que só é possível se se colocar em causa o direito à propriedade privada da terra e o lucro capitalista, ou seja, exigindo uma mudança de sistema, lutando pelo socialismo.

É necessário haver uma expropriação sob controlo democrático dos trabalhadores dos grandes fundos imobiliários, da banca e dos setores da construção. Só assim podemos garantir o plano e investimento necessário para garantir a segurança onde habitamos e a manutenção necessária para as infraestruturas públicas. E só é possível fazer esse confronto e vencê-lo pela via da luta revolucionária e da ação de massas. Tem de haver um plano que garanta o direito à habitação -- plano tal que só é possível acabando com o mercado de especulação financeira e todos os mecanismos dos capitalistas para gerar lucro às nossas custas. Está na altura de sermos nós, os trabalhadores, a gerir as condições e como e onde vivemos.



FRANÇA: Macron dá um golpe e nomeia um primeiro-ministro à medida de Le Pen. É esta a democracia burguesa!

Víctor Rodríguez Esquerda Revolucionária Internacional

A vitória da *Nouveau Front Populaire* (Nova Frente Popular) nas eleições legislativas de julho pôs em risco os interesses da classe dominante e as contrarreformas aprovadas contra a vontade do povo. Ignorando os resultados da votação enquanto duraram os Jogos Olímpicos, a 5 de setembro o Presidente Macron fez um golpe de Estado institucional para roubar as eleições à esquerda e entregar o governo à extrema-direita, nomeando de forma cesarista um primeiro-ministro que se adequa à vontade dos grandes capitalistas. É esta a democracia burguesa em França!

A nomeação como chefe do executivo de Michel Barnier, líder dos *Républicains* (Republicanos), uma formação de direita que tem apenas 45 lugares em 577 na Assembleia Nacional francesa, e que foi um infame ministro do Ambiente, dos Assuntos Europeus, da Agricultura e dos Negócios Estrangeiros durante as presidências de Chirac e Sarkozy, dá luz verde a um regime que põe em causa os direitos democráticos do povo francês, e que viola a sua própria legalidade ao assumir um carácter abertamente bonapartista.

Depois de inúmeras propostas da *Nouveau Front Populaire* para nomear um primeiro-ministro saído das suas fileiras, Macron decidiu colocar este ultra-reacionário à frente do Governo com o apoio total da extrema-direita. A chamada "Frente Republicana" para estabelecer um cordão sanitário contra Le Pen, que Macron defendeu demagogicamente durante as eleições, revelou-se uma verdadeira farsa. Na realidade, a chamada direita moderada não é mais do que o vergonhoso escudeiro das políticas do *Rassemblement National* (nome atual da Frente Nacional).

Assim que tomaram conhecimento, centenas de milhares de jovens e trabalhadores encheram as ruas de toda a França para rejeitarem a manobra de Macron e da sua nova companheira de governabilidade, Marine Le Pen.

Um primeiro-ministro ultrareacionário à medida dos patrões e da extrema-direita O historial ultra-reacionário deste primeiro-ministro sexista, xenófobo e racista é indiscutível. Votou contra a descriminalização da homossexualidade (punível graças a uma lei aprovada durante o regime de Vichy e que vigorou até 1981), contra o direito ao aborto para as mulheres na saúde pública, contra a igualdade salarial entre homens e mulheres e contra as tímidas leis que pretendem proteger a sociedade do racismo e que, como todos sabem, são violadas impunemente. Michel Barnier votou contra tudo isto e muito mais.

O novíssimo primeiro-ministro espúrio é um ultraliberal ao serviço da patronal, que votou entusiasticamente pelo aumento da idade da reforma para 65 anos, que defendeu publicamente a contrarreforma das pensões de Macron, o aumento da jornada de trabalho semanal e que não se detém nas suas posições de extrema-direita exigindo controlos fronteiriços ainda mais rigorosos, o endurecimento das leis de imigração, e que até ameaça trazer de volta o racista Ministério da Imigração de Sarkozy.

Isto confirma o que tem sido um segredo aberto há anos: Macron mais cedo aceitaria um governo com o apoio do *Rassemblement National* do que permitiria um governo de esquerda condicionado pelo peso político de Mélenchon e da *France Insoumise* (FI). Daí o acordo anterior, também com a extrema-direita, para nomear o macronista Yael Braun-Pivet como presidente da Assembleia Nacional.

Os banqueiros e o grande capital precisam de um governo que prossiga com a agenda de cortes, austeridade e contrarreformas, que intensifique a repressão policial e os ataques aos direitos democráticos, e que não altere o racismo institucional que faz dos nossos irmãos imigrantes bodes expiatórios da crise do capitalismo francês. E, claro, que mantenha o militarismo e belicismo exacerbados em busca de recuperar a antiga glória imperial da França. Este é o programa que Michel Barnier vai aplicar.

Um governo da *Nouveau Front Populai*re que, apesar de ter um programa social-democrata limitado, poderia considerar — a certa altura e como resultado da pressão popular — revogar as contrarreformas das pensões e do trabalho, paralisar as novas leis anti-imigração e impedir a privatização em curso dos comboios (SNCF). Tal cenário é intolerável para a classe dominante. É por isso que, cada vez mais, os fundamentos da democracia entram em contradição com os interesses estratégicos da burguesia, não só em França, mas em todo o mundo.

O líder do Rassemblement National, Bardella, foi rápido a reconhecer que, graças às suas negociações com Macron se evitou "a ascensão da extrema-esquerda ao governo" e que, se Barnier for eleito, não votarão a favor de uma moção de censura contra ele. Marine Le Pen também saudou publicamente as posições do novo primeiro-ministro, semelhantes às suas, e Marion Le Pen, líder do partido Reconquista, ainda mais à direita, encorajou-o a cumprir todo o seu programa racista e xenófobo.

O governo de Barnier vai alimentar a luta de classes

A crise do imperialismo francês, fortemente evidenciada pela retirada das suas tropas do Mali, do Níger e de outros países africanos, a que se deve acrescentar a rebelião popular desencadeada em abril na Nova Caledónia, e a sua perda de influência nos mercados globais, fará com que o novo governo aumente os ataques contra os direitos sociais e laborais, procurando maximizar as margens de lucro dos grandes capitalistas. O que só poderá aumentar a luta de classes na França.

Um governo composto por ministros do macronismo e da direita tradicional, e com o apoio firme do *Rassemblement National*, é a aposta mais segura neste cenário, com a possibilidade de haver ministros da *Rassemblement National* devido à fraqueza parlamentar dos republicanos e de Macron. Afinal a extrema-direita não tem já assento em diferentes Conselhos de Ministros dos países da UE?

Em apenas um mês, o novo governo enfrenta uma tarefa central: elaborar o Orçamento de Estado para 2025 e apresentá-lo à Assembleia Nacional. As previsões do défice público, num contexto de abrandamento da economia e receios de recessão, são muito negativas: 2024 fechará com um défice em relação

ao PIB de 5,6%, valor que poderá aumentar para 6,4% no próximo ano. Neste contexto, a cascata de ataques e cortes nos serviços públicos continuará.

O anterior governo liderado por Gabriel Attal já apresentou vários projetos nesse sentido, como o encerramento de 1.600 salas de aula nas escolas públicas e o despedimento de 1.800 professores ou o estabelecimento de um teto de despesas por ministério. Outro dos principais ataques planeados é ao subsídio de desemprego. A proposta a debater no Parlamento propõe aumentar o tempo de trabalho necessário para a ele ter direito de 6 para 8 meses e reduzir a sua duração máxima de 18 para 15 meses.

Impulsionar um movimento combativo nas ruas para derrubar Macron

No sábado, 7 de setembro, mais de 300.000 pessoas se mobilizaram para as primeiras manifestações contra Barnier e o seu novo governo, e é apenas uma amostra do que o espera nos próximos meses. Os trabalhadores e a juventude franceses demonstraram amplamente que não estão dispostos a aceitar um colapso ainda maior das suas condições de vida e sabem muito bem o que é a extrema-direita, mas também conhecem em primeira mão aquela esquerda reformista que enche a boca de "antifascismo" numa campanha eleitoral mas depois está disposta a manobrar pelas costas para ajudar Macron e o sistema. Estamos a referir-nos aos dirigentes do PS, do PCF e dos Verdes.

Como marxistas, baseamo-nos nos acontecimentos de fundo. A rebelião contra a reforma das pensões, as mobilizações antifascistas de julho e a grande manifestação contra esse golpe de Estado institucional marcam o caminho a seguir. A *France Insoumise*, os sindicatos de classe mais militantes e as organizações estudantis devem organizar um plano de ação, mobilizações e greves para derrubar o mais rápido possível este governo, que é muito fraco. Este é o caminho para travar a ascensão da extrema-direita.

Se a ação se reduzir a uma batalha parlamentar e a manobras jurídicas, os efeitos deprimentes desta estratégia não se farão esperar e mostrarão a sua impotência. Assuntos políticos relevantes não se resolvem nos tribunais ou com discursos, mas com mobilização de massas e a luta organizada.

A democracia francesa atravessa uma crise orgânica que é fruto da crise material do capitalismo. É impossível resgatar os direitos democráticos sem travar abertamente uma batalha contra a causa da sua degradação e extinção, a decadência do regime burguês. E isso exige uma estratégia de luta pelo socialismo, para pôr fim à monarquia presidencial em que vive sob a V República e que permite golpes de Estado como o praticado por Macron, pôr fim a todas as contrarreformas e cortes, impor a redução da idade da reforma e da jornada de trabalho, o estabelecimento de educação e saúde públicas e 100% gratuitas, habitação pública digna a preços acessíveis, a eliminação de todas as leis repressivas e racistas, a concessão de independência aos territórios coloniais e o fim das políticas militaristas e belicistas que a burguesia francesa pratica e que se concretizam no seu apoio aos regimes fascistas de Zelensky e Netanyahu e ao genocídio sionista em Gaza.

A classe trabalhadora francesa demonstrará nos próximos meses que tem força para varrer este novo governo, Macron e a extrema-direita, e consegui-lo-á com um programa de rutura com o capitalismo.

ELEIÇÕES NOS EUA. Trump e Harris, as duas faces de um regime em declínio e em crise.

A contagem decrescente para as eleições presidenciais dos Estados Unidos está a decorrer e é marcada por uma polarização política e social extrema. Após a tentativa de assassinato de Donald Trump, que reforçou o fanatismo ultradireitista dos seus fiéis seguidores, e a retirada de Biden que se tornou um cadáver político, a máquina de propaganda para promover o novo candidato Democrata está em pleno andamento.

Mas Kamala Harris não consegue disfarçar os interesses que realmente defende: na sua primeira entrevista pública à CNN, reafirmou o seu compromisso inabalável com o regime sionista de Israel, que continuará a armar e a apoiar na sua carnificina contra o povo palestiniano. Também deixou muito claro o seu apoio ao conceito de "uma fronteira segura", razão pela qual continuará com as políticas de imigração racistas de Biden, que representaram no concreto um seguidismo nauseabundo do discurso de Trump.

Polarização extrema num império em declínio

Trump poderá regressar à Casa Branca. É incrível, depois de tantas análises e premonições sobre a sua liquidação política após o assalto ao Capitólio em Janeiro de 2021. O magnata nova-iorquino impôs também o seu domínio total sobre o Partido Republicano. É evidente que a sua impunidade está garantida graças à ampla simpatia de que goza entre sectores decisivos do aparelho de Estado e do poder judicial, e que o seu apoio entre amplos sectores das classes médias e dos trabalhadores desmoralizados, completamente enfurecidos com o establishment, não parou de crescer após quatro anos de desastre para a administração Democrata.

Biden, os seus colaboradores, e todos aqueles à esquerda do partido agrupados nos Socialistas Democráticos da América (DSA), que têm aplaudido as suas políticas, podem observar como o legado de frustração e raiva que deixaram para trás não pode ser escondido por propaganda nem por slogans inteligentes.

Os Democratas, liderados por Biden e Harris, não cumpriram uma única das suas grandes promessas, como o cancelamento da dívida estudantil, a melhoria dos direitos sindicais ou o fim do racismo e da brutalidade policial. É claro que não foram capazes de proteger os direitos já conquistados das mulheres ou da comunidade LGBTI, que sofreram um forte revés perante o ataque de um Supremo Tribunal trumpista, demonstrando total impotência.

Biden governou para Wall Street, encheu os bolsos dos grandes bancos, das empresas tecnológicas e dos fundos de investimento mais predatórios, e embarcou numa agenda anti-imigração selvagem com um recorde de 750.000 deportações este ano.

Na política externa Biden iniciou uma guerra imperialista na Ucrânia e apoiou um genocídio selvagem em Gaza contra um povo indefeso. E tudo isto para aumentar os lucros estratosféricos da indústria de armamento dos EUA e reforçar a escalada militarista do Ocidente para níveis sem precedentes. Tudo isto não impediu os EUA de continuarem a sua descida ao inferno e de perderem para a China na luta pela supremacia mundial.

A grande maioria dos meios de comuni-

cação capitalistas norte-americanos tenta propagar que o principal problema dos Democratas foi a senilidade de Joe Biden e que, uma vez resolvido esse "pormenor", está tudo pronto para que o país tenha uma mulher presidente que garanta a estabilidade social.

Mas a realidade por trás desta polarização e da ascensão da extrema-direita trumpista é o aprofundamento da crise do capitalismo norte-americano. Os mais de 150 mil milhões de dólares destinados ao regime reacionário de Zelenski, os 30 mil milhões de apoio ao sionismo genocida de Netanyahu, ou o meio bilião de dólares que em quatro anos as grandes empresas de Wall Street e a indústria militar receberam em subsídios e benefícios fiscais, contrastam com uma inflação que corrói os salários, com uma desigualdade social imparável e o empobrecimento de amplos sectores da classe trabalhadora e das camadas médias.

É esta a realidade que alimenta o trumpismo. Sectores das camadas médias e da pequena burguesia aterrorizados ante um futuro sem privilégios, ou sectores da classe trabalhadora branca e atrasada atingidos pela desindustrialização e pela precariedade endémica, agarram-se desesperadamente a um sonho americano já extinto. A demagogia de Trump só encoraja estes sectores, apelando ao orgulho nacional ferido e atribuindo todos os males à imigração, ao movimento feminista e à esquerda militante que não pára de se mobilizar nas ruas.

Kamala Harris, vice-presidente do governo da guerra

A colaboração Democrata com o genocídio em Gaza marcou um ponto de viragem. A crueldade com que Biden e a sua administração, e numerosos governadores e presidentes de câmara Democratas, reprimiram dezenas de milhares de jovens nas universidades de todo o país mobilizou o repúdio de amplos sectores do seu eleitorado tradicional.

Daí a gigantesca campanha de propaganda para impulsionar Kamala Harris e atenuar os efeitos desta forte mobilização contra a administração Democrata. Tentam apresentá-la como a grande alternativa contra o trumpismo, pelo facto de ser mulher, pela sua origem racial ou pela sua imagem de "procuradora justiceira" que persegue a corrupção e luta pela liberdade. Mas nem mesmo a mais poderosa campanha publicitária é suficiente para esconder o seu compromisso com a burguesia americana, com o aparelho de Estado, com Wall Street e Silicon Valley, e com o sionismo mais extremo.

Esta ex-senadora e ex-procuradora-geral do estado da Califórnia nunca teve uma agenda de esquerda ou algo próximo disso. Apoiou os pacotes de milhões de dólares para financiar a guerra na Ucrânia à custa de programas sociais já insuficientes nos domínios da educação e da saúde. Também aumentou o orçamento solicitado por Biden para fortificar a fronteira com o México, avançando na construção do famoso muro iniciado por Trump, e lançou-se numa estratégia anti-imigração que significou a rejeição de 90% dos pedidos de asilo e a multiplicação de centros de detenção e agentes fronteiricos para os criminalizar. Na sua primeira entrevista como candidata, comprometeu-se também a prosseguir o fracking, apesar das suas consequências desastrosas para o ambiente.

Kamala Harris frequenta as reuniões anuais da AIPAC, o lóbi sionista que reúne milionários Republicanos e Democratas, e por isso não se acanhou em deixar clara a sua posição na Convenção Democrata de Chicago: "Deixem-me ser clara sobre isto. Defenderei sempre o direito de Israel a defender-se e certificar-me-ei de que Israel tem a capacidade de se defender".

Estas palavras ultrajantes e cruéis não foram reprovadas pela "esquerda" Democrata do DSA, por líderes como Bernie Sanders ou por Alexandria Ocasio Cortez, que se dirigiram à convenção, mas apenas para apoiar acriticamente a nova líder Democrata.

Os Democratas demonstraram em actos, aos olhos de milhões, que não são alternativa para travar o avanço da extrema-direita trumpista, daí a grande crise que atravessam e que pode acelerar se sofirerem uma derrota eleitoral. Mais de metade dos congressistas Democratas não aplaudiram ou ausentaram-se da sessão do Congresso em que Netanyahu participou, tentando dissociar-se, com gestos vazios, de uma política genocida digna do Terceiro Reich.

A classe dominante face às eleições

Parte da campanha para apresentar Kamala Harris como a solução consistiu numa carta de líderes Republicanos a favor da sua candidatura. Um documento que supostamente prova que existe oposição a Trump dentro do Partido Republicano e que o magnata é uma maçã podre, descontrolado e sem apoio sólido entre a classe dominante estado-unidense.

Uma teoria que dificilmente se ajusta aos factos. Na realidade, a classe capitalista está dividida. É verdade que sectores poderosos da burguesia preferem que os Democratas lidem com esta delicada situação social e política, e temem, com razão, que uma administração trumpista faça explodir tudo. Mas muitos outros sectores assistem com desespero à perda de influência norte-americana no estrangeiro, o avanço imparável da China, e sabem que têm de espremer impiedosamente a classe trabalhadora nativa e imigrante, se quiserem assegurar os seus lucros e poder. É por isso que Trump também atrai um apoio poderoso, e não marginal, entre os plutocratas estado-unidenses. O facto de Elon Musk e Stephen Schwarzman, CEO da Blackstone, serem hoje alguns dos seus principais apoiantes diz muito.

O sector que acredita que a classe trabalhadora deve ser tratada com mão pesada para esmagar qualquer indício de militância sindical, e que os recursos para ganhar a guerra pela hegemonia saem dos cofres públicos, está a apostar forte em Trump. Acima de tudo, o líder Republicano construiu uma base de massas e organizou-a e mobilizou-a a nível nacional. O assalto ao Capitólio foi um excelente exemplo do que este barril de pólvora social reacionário e raivoso está disposto a fazer.

Trump construiu uma base de massas e organizou-a e mobilizou-a a nível nacional. O assalto ao Capitólio foi um excelente exemplo do que esta escória social reacionária e raivosa está disposta a fazer.

De que alternativa precisamos face a Trump e face à guerra?

As sondagens dos meios de comunicação social burgueses pró-Democratas escondem

o facto de a corrida ser ainda extremamente apertada. Será decidida num punhado de "estados-chave" que votaram em Biden em 2020, mas onde Trump ganhou em 2016. A diferença entre os candidatos é, em muitos casos, inferior a um ponto percentual em vários desses Estados.

O que as sondagens não medem é a diferença entre uma extrema-direita totalmente mobilizada e ofensiva e uma esquerda que se encontra amarrada pelas políticas dos seus dirigentes, muitas vezes indistinguíveis das dos Republicanos, e que contribuem para desmobilizar a sua base social.

Haverá muitos trabalhadores que votarão em Kamala Harris por puro desespero e falta de alternativa face ao avanço de Trump, mas sejamos claros. Haverá milhões de jovens, afro-americanos, árabes, homens e mulheres trabalhadores, mulheres militantes que tornaram possível a vitória de Biden em 2020, que desta vez se irão recusar a apoiar o partido azul. Há um limite para tudo.

O espaço e o potencial para uma organização da classe trabalhadora, revolucionária, baseada na classe, com uma política socialista dirigida ao coração do sistema está mais do que maduro. Se hoje o Partido Democrata usa a autoridade de Bernie Sanders, Alexandria Ocasio Cortez ou outros líderes do DSA para lavar a cara e tentar bloquear o movimento nas ruas, é porque eles ganharam essa autoridade reivindicando as ideias do socialismo, da educação pública, do poder da classe trabalhadora em ação, que entusiasmaram milhões. Hoje abandonaram todas essas posições e entregaram-se de corpo e alma à classe dominante e à burocracia Democrata, atuando como uma mera muleta de esquerda em beneficio de Biden ou, agora, de Kamala Harris.

Em todo o caso, perante a ameaça do trumpismo e do seu discurso cada vez mais de extrema-direita e reacionário, pondo em causa até a necessidade de novas eleições no futuro, poderá haver uma nova mobilização do voto popular não tanto a favor de Harris, mas contra Trump.

Se Trump ganhar esta eleição, não será o resultado de uma falta de consciência entre a classe trabalhadora e a juventude, mas uma consequência do papel desastroso dos Democratas, incapazes de fornecer uma alternativa coerente à reação. E, em qualquer caso, essa vitória será apenas o prelúdio de novas e duras batalhas na luta de classes.

O que é realmente crucial é o que está por detrás destas eleições e as tendências subjacentes que elas estabelecem. A juventude ergueu-se fortemente contra o racismo, contra o machismo, contra o genocídio sionista, e um novo movimento sindical está a desafiar e a arrancar vitórias a gigantes como a Google, a Amazon, e os gigantes do sector automóvel. Uma geração está a redescobrir as tradições revolucionárias da sua classe e a aprender com a sua experiência.

São eles que vão construir as barricadas para bloquear o avanço da extrema-direita. Para que o possam fazer, precisamos de construir a ferramenta que nos servirá de arma na luta contra a extrema-direita do século XXI: o partido da revolução, do socialismo, dos trabalhadores estado-unidenses contra a ditadura do capital.

100 ANOS DE AMÍLCAR CABRAL É Vital Retomar o Seu Legado

Miguel Askatasunera Esquerda Revolucionária

Dia 12 de setembro marca-se o centenário do nascimento de Amílcar Cabral, líder da luta de libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde e um dos mais importantes teóricos marxistas de língua portuguesa.

Nascido na Guiné, Amílcar Cabral passaria a sua juventude em Cabo Verde, de onde a sua família provinha, num período marcado pela seca e a fome no arquipélago, com 45 mil pessoas morrendo e muitas outras tendo de fugir das ilhas, para ir trabalhar para as plantações de cacau em São Tomé e Príncipe, em condições de quase escravatura.

Essas experiências levaram-no a decidir ser engenheiro agrónomo, na esperança de poder ajudar o seu povo com a sua educação. Estudaria em Lisboa, no Instituto Superior de Agronomia, e no decurso dos seus estudos, ficaria alojado na Casa dos Estudantes do Império.

A Casa dos Estudantes do Império foi uma instituição fundada pelo Estado Novo, que visava criar uma "mentalidade imperial" entre os estudantes das colónias, ou seja, criar uma elite negra leal ao regime que possibilitasse a perpetuação do sistema colonial. Na realidade, a Casa tornou-se o berço do movimento anticolonial, com estes estudantes negros tomando consciência da sua posição, e a dos seus povos, dentro do sistema imperialista.

Para Amílcar Cabral, que estudava para combater secas e fomes como as que vivera em Cabo Verde, confrontava-se com o facto de o regime colonial português ter exacerbado essa tragédia, não tomando medidas para melhorar o acesso à água potável ou fornecendo ajuda alimentar aos que sofriam de fome.

Seria um dos dinamizadores do Centro de Estudos Africanos, organizado entre estudan-

rárias não bastariam: era necessário organizar os seus povos, e levar a cabo uma luta de libertação do jugo colonial. E, para isso, era necessário a construção do partido revolucionário.

De regresso à sua terra natal, o seu trabalho como engenheiro agrónomo deu-lhe um contacto muito próximo com o povo guineense, e um conhecimento profundo da sua sociedade, que seriam essenciais para a liderança que teria na sua luta de libertação. Em 1956, participaria na criação, em Bissau, do Partido Africano de Independência, que se tornaria o PAIGC. Participaria também, durante uma estadia em Angola, na fundação do MPLA.

Em agosto de 1959, a greve dos trabalhadores do porto de Bissau, no cais de Pidjiguiti, e o seu massacre às mãos das autoridades portuguesas, serviria de centelha para dar início ao movimento de libertação da Guiné-Bissau, movimento esse que, em 1963, esgotadas as vias diplomáticas, tomou a via militar.

O movimento de libertação da Guiné, liderado por Amílcar Cabral, conseguiu grandes vitórias contra as forças coloniais. Em 1968, já praticamente todo o país se encontrava libertado, com apenas as cidades costeiras, nomeadamente Bissau, permanecendo em mãos portuguesas.

Nas regiões libertadas, mesmo sob a constante ameaça de bombardeamentos aéreos, por vezes com armas químicas, o trabalho de desenvolvimento nacional ia sendo levado a cabo, construindo-se escolas, centros de saúde e os chamados "armazéns do povo", que garantiam a alimentação da população através da distribuição socializada.

O PAIGC, enquanto partido revolucionário, teve uma enorme importância nesta construção, desenvolvendo os primórdios de um Estado socialista, que priorizava o fornecimento dos serviços básicos às populações, mas também levando a cabo o trabalho de reforçar o poder popular e de treino de quadros, capazes de levar a cabo a gestão socialista e democrática da sociedade.

Nesse sentido, a educação era de enorme importância. Para Amílcar Cabral, a educação da população serviria não apenas para desenvolver o país, mas como mecanismo de resistência contra a ocupação colonial, capaz de formar quadros que desenvolvessem a luta de libertação e o desenvolvimento entre os seus próprios povos, e que levasse à autoconsciência da população quanto à sua posição no mundo, de maneira a permitir a construção de uma sociedade socialista, construção essa que necessariamente teria que provir de toda a população, e não de um pequeno círculo de quadros intelectuais formados em Lisboa.

Notável em todo este processo foi o trabalho de formação de mulheres, que numa sociedade tradicionalmente muito patriarcal, passaram a usufruir pela primeira vez de educação e de um papel nas decisões políticas e na gestão das suas próprias comunidades, um trabalho que demonstra a luta do PAIGC não só contra o jugo colonial, mas contra as forças reacionárias na sociedade colonizada.

Em 1973, a Guiné dispunha de 164 escolas primárias nas regiões libertadas, com dezenas de milhares de alunos. Em menos de 10 anos, tinham formado centenas de quadros políticos e sindicais, que se pretendiam tornar professores das próximas gerações e líderes na governação dos seus povos. Era um trabalho incansável com resultados demonstráveis: a cada ano cresciam o número de quadros e estudantes formados nas regiões libertadas, e sofisticavam-se os alicerces da sua sociedade socialista, permitindo mesmo, em 1972, a

convocação de todo um processo de debates e eleições para uma assembleia nacional, como órgão de soberania popular, que lançasse a fundação de uma Guiné-Bissau livre.

A 24 de setembro de 1973, a Guiné-Bissau proclamaria a sua independência, que viria a ser reconhecida pela ONU em novembro desse mesmo ano. Mas Amílcar Cabral nunca chegaria a ver a sua nação livre. A 20 de janeiro desse ano, foi assassinado, vítima de intrigas internas do partido manipuladas pela PIDE.

A morte de Amílcar Cabral às mãos de inimigos internos seria apenas o prelúdio de uma tragédia ainda maior, a degeneração do seu partido e da construção revolucionária que ele liderara. Logo a seguir à independência, começou o processo de burocratização do regime, que levaria à formação de uma elite que açambarcaria cada vez mais privilégios para si próprio, culminando na privatização, em 1992, dos Armazéns do Povo e de outras empresas públicas, frutos do trabalho levado a cabo, durante a luta pela independência, nas zonas libertadas.

Como o colocaria um biógrafo de Amílcar Cabral: "O PAIGC ainda sobrevive como sigla. Tudo aquilo por que lutou e chegou a alcançar — libertação nacional, paz, progresso, independência, melhoria das condições de vida, unidade Guiné-Cabo Verde, um Estado, uma Constituição — falhou, está em ruínas, desapareceu."

O legado de Amílcar Cabral é vital de se retomar, especialmente numa época como a nossa, na qual a luta que este empreendeu, contra o colonialismo e contra o racismo, continua tão viva. Temos de aprender a seguir os seus passos, e avançar das discussões literárias para a organização e a construção do partido revolucionário que permita a nossa libertação.





Balanço das eleições presidenciais na Venezuela. Uma análise marxista revolucionária

Izquierda Revolucionaria Venezuela

As eleições venezuelanas de 28 de julho abriram um importante debate nas fileiras da esquerda militante e combativa em todo o mundo e na própria Venezuela.

Formações como o Partido Comunista da Venezuela (PCV) e outras organizações de esquerda tomaram uma posição pública questionando a vitória de Maduro. No comunicado emitido pela direção do PCV pode ler-se que o "Governo de Nicolás Maduro despojou o povo venezuelano dos seus direitos sociais e económicos, hoje (após as eleições) pretende privá-lo dos seus direitos democráticos", e exige "que a CNE publique todos os registos de votação - conforme estabelecido no regulamento eleitoral — bem como a máxima transparência no escrutínio dos resultados". O PCV tem sido alvo de uma dura perseguição política por parte do governo do PSUV, depois de ter feito parte do bloco chavista desde o seu início.

Em coordenadas mais à direita, o Presidente chileno Boric, o colombiano Petro, o brasileiro Lula, o ex-Presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador e os mais altos escalões da social-democracia internacional, todos eles, em maior ou menor grau, acusaram Maduro, exigindo a publicação da contagem completa dos resultados eleitorais.

De uma forma muito mais agressiva, os porta-vozes do imperialismo estado-unidense fizeram eco das denúncias da oposição de direita na Venezuela. Por exemplo, os observadores do Centro Carter falam sem ambiguidade de fraude e de eleições ilegítimas, e numerosos políticos estado-unidenses de alto nível exigiram a demissão imediata de Maduro e o reconhecimento da vitória de Edmundo González Urrutia. Não esqueçamos que estas forças são as mesmas que apoiaram desde o início a ofensiva golpista contra a revolução bolivariana e proclamaram Juan Guaidó presidente sem qualquer eleição popular. Porquê

geoestratégica. É evidente que esta abordagem, por mais simples e bem intencionada que possa parecer, esquece os ensinamentos de Lenine e de Marx e a necessidade de manter uma abordagem comunista, de independência de classe e internacionalista dos fenómenos de grande significado político. Sem este quadro de interpretação, é muito difícil orientar-se corretamente nestes acontecimentos e preparar as forças para lutar contra a agressão imperialista e o bloqueio, contra a oligarquia capitalista e latifundiária, e por uma Venezuela genuinamente socialista, livre da burocracia privilegiada, da desigualdade, da corrupção e do empobrecimento.

Os resultados

Pouco depois da meia-noite de 28 de julho, Elvis Amoroso, presidente do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), proclamou Nicolás Maduro vencedor das eleições presidenciais venezuelanas.

Segundo os números oficiais, com uma taxa de participação de 59% e 2 milhões de votos (20%) ainda por contar, Nicolás Maduro obteve 5.120.000 votos, 51,20%, enquanto o candidato apoiado pela direita, a extrema-direita e o imperialismo estado-unidense e europeu, Edmundo González Urrutia, obteve 4.400.000, 44,20%. Trata-se de uma margem suficiente para considerar o resultado irreversível.

Assim que a posição do governo se tornou conhecida, González Urrutia e María Corina Machado (MCM), a verdadeira líder da oposição reacionária, apelaram aos seus eleitores para que saíssem à rua e chamaram os oficiais do exército para intervir. Afirmam ter 73% das actas das mesas de voto e ter ganhado com 70% de apoio.

Ao contrário de ocasiões anteriores, em que a oposição de direita incendiou as ruas, desta vez os protestos, embora estejam a decorrer em todo o país e já tenham registado bém sectores de trabalhadores desesperados e desmoralizados, até activistas frustrados e derrotados pela repressão, podem cair na armadilha de votar na direita, acreditando que nada é pior do que continuar sob este governo. Outros, embora muito desencantados e críticos (...) farão o contrário: votarão no PSUV e em Maduro, precisamente para evitar a chegada da direita controlada pelos EUA a Miraflores. Na ausência de uma alternativa credível ao governo e à direita, haverá também milhões de trabalhadores que se absterão".

Com um calculismo cínico, a "Milei venezuelana" escondeu a motosserra, ocultando o seu verdadeiro programa: cortes sociais, privatizações (a começar pela petrolífera PDV-SA), despedimentos em massa e vingança política com prisões e perseguições à esquerda militante... Era a melhor forma de chegar aos sectores mais empobrecidos e atacados do povo, prometendo também que a vitória do seu candidato fantoche traria o fim das sanções estado-unidenses, a chegada de investimentos, emprego, melhores salários e o regresso dos oito milhões de emigrantes que deixaram o país na última década.

O grave erro de fazer o jogo da extrema-direita, como Machado e Urrutia, em nome da "democracia"

Como assinalámos no início desta declaração, a atitude dos sectores populares que denunciam a fraude e saem à rua está a causar uma enorme perplexidade e desorientação entre os activistas e as organizações de esquerda. O Partido Comunista da Venezuela (PCV), cujos militantes participam há anos na luta contra a extrema-direita e o imperialismo, e que tem sido duramente atingido pela burocracia, fez um apelo "às forças genuinamente democráticas, populares e patrióticas para que unam forças para defender a vontade do povo venezuelano que se expressou neste domingo, 28 de julho, com uma clara intenção de mudança política no país" e "para construir espaços de ampla unidade para fortalecer a lunão é um termo absoluto, temos de discernir os interesses de classe que lhe estão subjacentes. Lenine explicou que a democracia dos capitalistas, que eles próprios encobrem com a expressão pomposa "Estado de direito", é na realidade a ditadura parlamentar do capital financeiro. Existe este tipo de democracia e outro, a democracia dos trabalhadores.

Por outro lado, a Constituição bolivariana continua a ser uma constituição burguesa, apesar de todos os seus aspectos progressistas, que, como todas as outras constituições burguesas do mundo que contêm elementos avançados resultantes da luta de classes, são excecionalmente cumpridos apenas em parte ou são ignorados e banidos pela classe dominante, para nunca serem implementados.

Concretizando: nos EUA, as "eleições livres" e o "Estado de direito" não impedem a oligarquia financeira de controlar com mão de ferro tanto a Câmara dos Representantes como o Senado e de controlar republicanos e democratas à vontade. É o mesmo que vemos todos os dias em todos os países capitalistas: um círculo de políticos burgueses, juízes, polícias e militares ao serviço dos ricos, que legislam para salvaguardar o seu poder e beneficios colectivos, e quando não é possível fazêlo através da conversa parlamentar, recorre-se à repressão na medida do necessário.

Tal como milhares de militantes e lutadores honestos do PCV, há também outros sectores da esquerda que, propondo-se erguer um terceiro campo alternativo ao governo e à direita, apoiam a palavra de ordem de que todos os boletins de voto devem ser revistos. Como apontámos anteriormente, líderes como Lula, Petro, AMLO e Boric estão nesta linha, em maior ou menor grau. Mas é curioso que são os mesmos que renunciaram a aplicar medidas revolucionárias nos seus países, a enfrentar energicamente as políticas capitalistas, e cederam à pressão da burguesia chegando a diferentes compromissos com o imperialismo estado-unidense. Agora estão a fazer

o mesmo em relação à Venezuela, apelando à estabilidade regional, ou seja, à estabilidade do sistema capitalista.

Posicionar-se na política de acordo com os parâmetros da democracia capitalista ou, no caso venezuelano, apelar à recuperação da constituição e do "Estado de direito", conduz inevitavelmente à subserviência à direita. Mesmo em caso de fraude, a alternativa não é um governo imperialista ao serviço do patrão de Washington, que começaria por lançar uma ofensiva brutal contra a classe trabalhadora e os direitos democráticos. O exemplo de Milei na Argentina é suficiente para dissipar qualquer dúvida a este respeito.

No entanto, podemos perguntar: defender esta posição marxista implica apoiar acriticamente Maduro e a direção do PSUV que, embora falando de "socialismo" e citando Chávez, levaram a cabo uma verdadeira contra-revolução burocrática que anulou os avanços conquistados pelas massas? De modo algum!

Da revolução bolivariana à contrarevolução burocrática

Sectores da esquerda militante internacional com os quais coincidimos nas greves e nas lutas sociais, contra a guerra imperialista e o sionismo genocida, promovendo um feminismo anticapitalista e lutando contra o racismo e a LGTBIfobia, compreendem que para evitar o regresso da reação e das forças pró-imperialistas a Miraflores não há outra alternativa senão tomar posição com Maduro, passando-lhe um cheque em branco.

Na Esquerda Revolucionária partilhamos a 100% o objetivo de evitar o regresso da extrema-direita e do imperialismo. Mas discordamos quanto aos meios. Acreditamos que, para evitá-lo, devemos reorganizar a esquerda e lutar para resgatar os ganhos da revolução bolivariana e aprofundá-los até que se tornem uma revolução socialista genuína e triunfante. Isto significa arrancar o poder à burocracia, que se tornou uma força social parasitária e reacionária, aos seus aliados burgueses e aos seus patrocinadores, os capitalistas russos e chineses. Defendemos que o poder deve estar nas mãos da classe trabalhadora e dos seus órgãos democráticos directos, e que a oligarquia financeira e fundiária venezuelana deve ser expropriada.

As nacionalizações que Chávez corajosamente levou a cabo deram-lhe um apoio social esmagador, varrendo 18 das 19 eleições em que concorreu. A mobilização em massa dos oprimidos nas urnas e nas ruas derrotou os planos golpistas do imperialismo estado-unidense.

As vitórias na Venezuela estimularam processos revolucionários noutros países e uma viragem à esquerda em toda a América Latina, tornando a revolução bolivariana uma referência para milhões de pessoas em todo o mundo.

Mas Chávez, que resistiu heroicamente às investidas do imperialismo, que mostrou uma audácia e um compromisso inabaláveis com os oprimidos, cometeu o erro de não aproveitar toda essa força para ir até o fim, para completar a revolução derrubando o capitalismo e para estabelecer uma verdadeira democracia dos trabalhadores. Confiou na possibilidade de avançar gradualmente para o socialismo através de acordos com uma chamada "burguesia patriótica" e, acima de tudo, confiando no aparelho militar e na colaboração com os imperialistas chineses e russos.

Finalmente, e já na sua ausência, as pressões das classes externas interferiram cada vez mais no processo bolivariano: o isolamento da revolução e a falta de medidas enérgicas para derrubar a burguesia permitiram que toda uma legião de carreiristas e arrivistas assumisse o controlo do PSUV e da administração do Estado e do exército, e esta camada desenvolveu novos privilégios materiais e salariais e desfrutou de um poder que os elevou muito acima dos oprimidos. Esta camada burocrática consolidou-se e não quer renunciar à sua nova posição de liderança sob nenhuma circunstância.

Fenómenos de contrarrevolução política e de reação como o liderado por Maduro não são excepcionais na história. Também o vimos na Nicarágua: sobre as cinzas da heróica revolução sandinista ergue-se hoje o regime bonapartista, corporativo, ultra-católico e violentamente machista de Daniel Ortega. Há quem pense que, ao agitar a bandeira vermelha e negra da FSLN, Ortega representa as forças da revolução. Mas não, não representa.

O governo de Maduro minou o legado chavista. Destruiu-o ao fazer acordos com os capitalistas, ao encerrar ou privatizar numerosas empresas expropriadas, ao despedir milhares de trabalhadores, ao reprimir com extrema dureza as reivindicações e as lutas dos trabalhadores, ao perseguir os activistas de esquerda mais empenhados e ao criar uma rede de informadores e bufos, provenientes do lumpemproletariado, a quem pagam bem para atuar contra as greves e as mobilizações de classe.

O seu governo reduziu o salário mínimo, que chegou a ser o mais alto da América Latina e é agora o mais baixo. Não teve o menor pejo em dolarizar a economia, o que fez disparar as desigualdades sociais e, em muitas cidades, a pequena-burguesia goza de um nível de vida repleto de festas, uísque e carros topo de gama, enquanto milhões de famílias trabalhadoras lutam para conseguir bens essenciais.

Como comunistas, devemos ignorar estes factos, branqueá-los ou escondê-los? É assim que se defende a causa do socialismo na Venezuela e a nível internacional? A fusão da burocracia com os capitalistas alimentou a corrupção desenfreada. Tudo isto gerou uma enorme indignação que o imperialismo estado-unidense e os seus peões estão agora a tentar utilizar em seu proveito.

Venezuela, chave na luta pela supremacia mundial entre os blocos imperialistas

A Venezuela é um ator privilegiado na luta pela hegemonia mundial entre os EUA e a China. Possui as maiores reservas comprovadas de petróleo do mundo e outros recursos minerais e naturais. Foi o primeiro aliado estratégico da China na sua expansão para a América Latina, ameaçando o controlo dos EUA numa região que considera sua.

Os EUA viram nestas eleições uma oportunidade de ouro. Colocar MCM ou Urrutia em Miraflores, para além de dar carta branca às multinacionais estado-unidenses para saquearem mais facilmente a PDVSA e os recursos do país, seria uma vitória depois de anos a acumular derrotas contra a China e a Rússia.

Mas está longe de ser claro que serão bem sucedidos. Como a guerra na Ucrânia demonstrou, a capacidade de Washington para impor os seus desígnios está muito desgastada, com as divisões internas no seio da sua classe dirigente a serem expressas de forma clara na campanha para as eleições presidenciais de novembro.

A burocracia de Maduro sabe disso e pretende resistir com o apoio da China, da Rússia e do Irão. É uma aposta arriscada, mas que pode dar frutos, pelo menos a curto prazo, como aconteceu com Ortega na Nicarágua. Outra questão é saber quais as políticas e o tipo de governo que daí sairão.

Alguns dos sectores da esquerda militante que apelam a cerrar fileiras com Maduro acreditam que a China, a Rússia e o Irão podem pelo menos garantir que a Venezuela não caia nas garras dos EUA. É evidente que nem a China nem a Rússia têm o historial de crimes, golpes militares, intervenções e massacres sangrentos dos EUA. Mas são potências imperialistas em ascensão cujo objeti-

vo é conquistar mercados e fontes de matérias-primas, garantindo o máximo lucro para as suas empresas, explorando brutalmente os trabalhadores tanto no seu país como noutros onde investem.

Nem Xi Jinping nem Putin, que declarou a Venezuela um "aliado estratégico", são defensores dos povos oprimidos, nem da sua classe trabalhadora, nem representam uma evolução para o socialismo. E o que dizer dos mulás iranianos, que esmagaram sangrentamente greves, protestos sociais e revoltas revolucionárias, prenderam e assassinaram activistas de esquerda e mantiveram as mulheres e a comunidade LGTBI em condições de opressão desprezíveis? Todos os acordos com a China, a Rússia e o Irão não significaram qualquer melhoria para os oprimidos na Venezuela, beneficiando apenas a burguesia, a burocracia e as camadas superiores da classe média.

Construir uma esquerda revolucionária com um programa comunista

No refluxo e na ruína da revolução bolivariana, a burocracia madurista utiliza o discurso anti-imperialista, chavista e "socialista" não para defender um programa de classe e internacionalista, mas para consolidar a sua posição social e os seus privilégios, tentando dar um verniz de esquerda às suas políticas capitalistas.

Maduro encabeça um regime bonapartista burguês, ou seja, uma forma de governo que não se baseia nas massas mobilizadas e na sua consciência revolucionária, mas na liderança militar e no aparelho de Estado para usar a repressão sistemática contra a esquerda, o movimento dos trabalhadores e as lutas sociais. Mesmo que consiga sustentar-se através da pressão dos protestos, a médio prazo criará mais rejeição, novas crises e oportunidades para a direita e o imperialismo estado-unidense.

Na Esquerda Revolucionária lutamos por uma Venezuela socialista e estamos na linha da frente da luta contra o imperialismo estado-unidense, a maior ameaça para os povos oprimidos do mundo, e contra os seus peões de direita e extrema-direita como a MCM. E fazemo-lo defendendo o programa do comunismo internacionalista contra o bonapartismo burguês de Maduro e as suas políticas capitalistas. Só assim ofereceremos uma solução revolucionária e socialista às massas trabalhadoras que sofrem a crise agonizante do capitalismo venezuelano.



SIONISTAS FORA DO LÍBANO JÁ! Abaixo a criminosa invasão imperialista!

Esquerda Revolucionária Internacional

Toda a nossa solidariedade com a resistência armada do povo libanês!

Por volta das 2 horas da madrugada de terça-feira, 1 de outubro, o exército israelita iniciou a sua invasão criminosa do Líbano.

Uma ofensiva militar que já causou a morte de mais de 1.000 civis, a deslocação de um milhão de pessoas e a destruição dos bairros do sul de Beirute. E tudo isto é possível graças ao apoio ativo do imperialismo norte-americano e europeu. A esquerda militante e internacionalista deve dizer alto e bom som: sionistas, fora do Líbano, já! Abaixo a intervenção imperialista!

Os factos são claros. Esta nova agressão, que prossegue o genocídio perpetrado em Gaza e na Cisjordânia, visa engendrar a todo o custo uma nova correlação de forças no Médio Oriente. Criar a Grande Israel, tal como defendem os supremacistas nazis que governam em Telavive, e encabeçar os interesses dos EUA e da UE na sua luta pela hegemonia mundial contra a China e a Rússia. É esse o objetivo do sionismo e dos seus patrocinadores internacionais, e se o preço a pagar for o sangue de dezenas de milhares de mulheres, homens e crianças inocentes, que assim seja.

Como os nazis...

O desenrolar dos eventos é brutal. Depois de ter semeado o pânico em numerosas cidades libanesas com atentados terroristas organizados pelos seus serviços secretos, depois de vários dias de bombardeamentos devastadores que transformaram em pesadelo a vida de milhões de pessoas indefesas, a máquina criminosa de destruição do regime de Netanyahu voltou a atacar porque se sente impune.

Na nossa última declaração, analisámos os objectivos do regime de Netanyahu, comparando-o aos nazis dos anos 1930 e explicando a ameaça que representa para o mundo. Se alguém pensou que estávamos a exagerar, aqui está a resposta. A camarilha messiânica e supremacista no poder em Telavive tem um plano criminoso que se assemelha a uma cópia do plano do próprio Hitler na década de 1930 contra o povo judeu e outras nacionalidades.

O objetivo dos nazis era então expandir o imperialismo alemão para a Europa de Leste, esmagando a classe trabalhadora e as suas organizações, os direitos democráticos e varrendo do mapa nações inteiras. O objetivo destes neonazis que substituíram a suástica pela Estrela de David é semelhante: expandir as fronteiras do Estado sionista a fim de criar a Grande Israel a sangue e fogo; o que significa expulsar e exterminar o povo palestiniano e colocar todo o Médio Oriente a seus pés.

Só assim se explica que os poderosos serviços secretos sionistas, que demonstraram nos últimos dias a sua capacidade de infiltração e o seu poder destrutivo, assassinando dirigentes e militantes do Hamas e do Hezbollah com uma precisão raramente vista, tenham deixado impune o plano de 7 de outubro do Hamas, quando o conheciam perfeitamente. È isto que está por detrás do genocídio sionista em Gaza, da ofensiva sangrenta na Cisjordânia nos últimos meses e, agora, desta nova carnificina no Líbano. Estão determinados a acabar com a vida de mais dezenas de milhares de pessoas. É uma loucura, mas segue uma lógica. A lógica implacável do fascismo.

A cumplicidade dos EUA e da Europa alimenta a destruição sionista

Os apelos cínicos de Biden e Kamala Harris a uma "intervenção controlada", a "limitar as baixas civis", a declarar uma "trégua humanitária", etc., como fizeram quando a invasão de Gaza começou, só podem produzir repulsa, indignação e raiva. Sem as suas armas, dinheiro e cobertura diplomática, o governo nazi de Israel não poderia continuar a utilizar o seu poder destrutivo em Gaza, nem teria pensado em invadir o Líbano.

Ao mesmo tempo que o exército sionista iniciava a sua invasão, o governo dos EUA anunciava o aumento do seu contingente militar no Médio Oriente em mais 3.000 soldados, elevando-o para 43.000. As declarações de vários porta-vozes da administração Biden, e em geral do imperialismo estado-unidense, deixam bem claro o motivo deste destacamento: "A proteção das forças estado-unidenses já destacadas na região" e "se necessário, a defesa de Israel", explicou a porta-voz do Pentágono, Sabrina Singh.

Anteriormente, o Secretário da Defesa Lloyd Austin ameaçou "o Irão, os seus parceiros ou as milícias que apoia". Esta mensagem não se dirige apenas ao regime iraniano, ao Hezbollah, ao Hamas ou aos Houthis iemenitas. Dirige-se também a todos os governos árabes que, perante o verdadeiro holocausto que o povo palestiniano está a viver às mãos do regime sionista, têm até agora olhado para o outro lado, limitando--se a declarações de condenação e a derramar lágrimas de crocodilo.

A pressão de Pequim sobre o governo quais assinou acordos comerciais e que aumentaram a sua dependência do investimento chinês foi decisiva para evitar uma escalada da guerra face às contínuas provocações israelitas.

Por detrás da política da China de con-

denar a ofensiva israelita ao mesmo tempo que apela à contenção dos seus parceiros árabes está o peso crescente dos seus investimentos na região, incluindo dentro de Israel, do qual é já o segundo maior parceiro comercial, bem como o seu interesse em aparecer como uma potência responsável e forte que garante a estabilidade face ao declínio e à falta de controlo dos EUA.

O Irão responde

Mas a invasão do Líbano e as ameaças sionistas e norte-americanas ao Irão têm o potencial de deitar tudo a perder. O nível de provocação ultrapassou todas as linhas vermelhas. E a resposta do Irão foi rápida: Teerão lançou mais de 200 mísseis balísticos, de acordo com os últimos relatórios, embora este número possa aumentar para 400.

È o maior ataque em solo israelita e as suas consequências materiais ainda não são conhecidas. Mas a política é clara. O Irão e, por detrás da sua posição, a China, estão a enviar um aviso sério a Telavive e a Washington de que não aceitarão os planos sionistas sem resistência. A agressão contra o Líbano e a perspetiva de um massacre da sua população e de dezenas de milhares de apoiantes do Hezbollah são demasiado graves.

O regime dos Mullahs não pode tolerar tal coisa, dada a sua situação precária no país após as revoltas populares dos últimos anos e a repressão sangrenta que desencadeou, e porque seria um golpe devastador para o seu prestígio.

Seria imprudente apresentar uma perspetiva acabada nesta fase. Mas a estratégia de Israel pode sair pela culatra. Não só provocando uma resposta militar do Irão que eles pensavam que não iria acontecer, mas também criando os elementos para movimentos revolucionários no Médio Oriente e em todo o mundo árabe.

É evidente que esta agenda militarista e criminosa encoraja a luta internacionalista contra o genocídio sionista e a sua barbárie. Nos Estados Unidos e na Europa, vai atingir a consciência de milhões de jovens e trabalhadores e, na corrida para as eleições de novembro, é uma péssima notícia para os Democratas.

Não devemos esquecer as lições da história. Biden e os seus colegas do Partido Democrata, tal como os seus antecessores, mostraram que por detrás da sua máscairaniano e outros governos árabes com os ra de progressistas liberais se esconde uma política de militarismo, golpes de Estado e genocídio.

> Os imperialistas ocidentais são responsáveis por esta guerra, tal como o são pela guerra na Ucrânia, acrescentando à sua longa história de atrocidades contra os po

vos oprimidos do mundo.

Aumentar a solidariedade com o povo palestiniano e libanês!

O duplo discurso que hipocritamente lamenta os bombardeamentos e atentados de Netanyahu, o maior criminoso de guerra das últimas décadas, e ao mesmo tempo continua a fornecer as armas, os capitais e a cobertura militar para massacrar todas as aldeias que se cruzam no seu caminho, prova a cumplicidade e a cobardia da esquerda parlamentar e governamental reformista.

Tanto a esquerda do Partido Democrata dos EUA, liderada por Bernie Sanders e Ocasio-Cortez, como a social-democracia internacional, incluindo vários governos europeus e os seus aliados, não hesitam em denunciar o belicismo e os "crimes de guerra" de Putin, mas apoiam entusiasticamente o envio de armas para o fantoche ultradireitista dos EUA e amigo dos nazis do batalhão Azov, Zelenski, e o aumento estratosférico dos orçamentos militares. A diferença é evidente perante o holocausto de Israel contra o povo palestiniano e, agora, perante a sua invasão do Líbano: fazem declarações em tom de lamento, mas recusam-se a romper relações diplomáticas e comerciais com o regime sionista.

Não podemos confiar nas instituições e nos partidos do capitalismo. Todas as suas declarações e resoluções são uma pantomima para encorajar Netanyahu. A única maneira de parar o massacre do povo palestiniano e a invasão do Líbano é continuar a construir um movimento de solidariedade internacionalista cada vez mais massivo e militante.

Como comunistas revolucionários, somos frontalmente contra a guerra imperialista e a agressão sionista. Mas não somos pacifistas nem neutros. Apoiamos as massas oprimidas do Líbano, de Gaza e da Cisjordânia e o seu legítimo direito à resistência armada contra os seus agressores e opressores.

A tarefa é clara. As ruas do mundo, dos EUA, da Europa e do mundo árabe têm de voltar a encher-se. Temos de promover todas as acções possíveis, manifestações, boicotes, greves de estudantes e greves de trabalhadores em todos os países.

A causa da Palestina e do povo libanês está indissociavelmente ligada à causa da revolução socialista. Só derrubando o Estado sionista e os seus aliados imperialistas, só acabando com a tirania dos regimes burgueses árabes e construindo uma Federação Socialista do Médio Oriente, poderemos acabar com esta barbárie.



Junta-te à ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA e constrói connosco para as forças do comunismo revolucionário!

www.esquerdarevolucionaria.net • geral@esquerdarevolucionaria.net ☑/◎/☑ @EsqRevPT • ☑/◎/☑ @LivCombat • ☑/◎/☑ @SindEstud

